

### **1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

O Secretário Municipal de Gestão, no uso de suas atribuições legais, e nos termos estabelecidos no subitem 16.17, do Edital nº 001/2019, referente ao concurso público para a Prefeitura Municipal do Salvador, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1. No item 3, DOS CARGOS, ficam **ACRESCIDOS** os subitens 3.2.3 e 3.5:

3.2.3 A jornada de trabalho de todos os cargos será de 40 horas semanais, podendo ser exercida em sábados, domingos e feriados, a depender da necessidade do serviço, de acordo com escala a ser estabelecida pelo órgão/entidade de lotação do servidor.

(...)

3.5 São requisitos e condições adicionais para o cargo de **Guarda Civil Municipal na área de qualificação de Guarda-Municipal de Proteção e Valorização do Cidadão**:

3.5.1 possuir idoneidade e conduta ilibada, a ser comprovada mediante investigação social.

3.5.1.1 Os documentos a serem fornecidos pelo candidato para a investigação social, no ato da nomeação, são:

- a) original e cópia para autenticação do Documento de Identificação com foto, conforme subitens 15.6.1 e 15.6.2, e CPF;
- b) no caso do candidato ser ou ter sido servidor público:
  - I – o candidato que, na data da nomeação, estiver respondendo a inquérito administrativo, somente poderá formalizar a posse após o despacho decisório da autoridade competente.
  - II – entregar comprovação do motivo de demissão, dispensa ou exoneração, no caso de ex-servidor civil ou militar das esferas federal, estadual e municipal, para verificação de eventuais impedimentos do exercício da função pública e para saber se o candidato sofreu, no exercício da atividade pública, penalidade por ato incompatíveis ao serviço público ou demissão “a bem do serviço público – por justa causa”;
- c) entregar atestado de antecedentes criminais, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia ou no caso de residência em outro Estado, do respectivo congênere;
- d) entregar Certidões da Justiça Federal (cível e criminal) da jurisdição onde tenha residido nos últimos 03(três) anos;
- e) entregar certidões da Justiça Comum Estadual (cível e criminal) onde tenha residido nos último 03 (três) anos.

2. No item 4, DAS INSCRIÇÕES, subitem 4.3, **ONDE SE LÊ**:

4.3 O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário emitido pela FGV, gerado ao término do processo de inscrição.

**LEIA-SE:**

4.3 O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto

bancário emitido pela FGV. O boleto bancário estará disponível para impressão e pagamento em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão do requerimento de inscrição. Esse prazo é necessário para validação do código de barras junto à Instituição Bancária. O pagamento deverá ser realizado até o dia **08 de maio de 2019**.

**3. No item 4, DAS INSCRIÇÕES, fica ACRESCIDO o subitem 4.11.2:**

4.11.2 Igualmente, será eliminado o candidato que não possuir procedimento irrepreensível e idoneidade moral, verificada na Investigação Social para o cargo de **Guarda Civil Municipal na área de qualificação de Guarda-Municipal de Proteção e Valorização do Cidadão**, compatível ao “STATUS” ético-moral da Administração Pública Municipal.

**4. No item 5, DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, fica EXCLUÍDO o subitem 5.1.1.1:**

5.1.1.1 A pessoa com deficiência terá assegurado o pleno exercício dos direitos previstos na Lei Complementar n.º 01/91, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições da função.

**5. No item 5, DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, subitem 5.8, ONDE SE LÊ:**

5.8 Caso a perícia médica confirme a deficiência declarada pelo candidato convocado, ele será nomeado nessa condição, ficando a cargo de uma equipe multiprofissional, instituída nos moldes do Decreto Federal nº 9.508, de 2018, a avaliação, durante a Perícia Médica, da compatibilidade entre a natureza da deficiência apresentada pelo candidato e as atribuições inerentes ao Cargo para o qual foi aprovado.

**LEIA-SE:**

5.8 Caso a perícia médica confirme a deficiência declarada pelo candidato convocado, se atendidos os requisitos deste Edital, ele será nomeado nessa condição, ficando a cargo de uma equipe multiprofissional, instituída nos moldes do Decreto Federal nº 9.508, de 2018, a avaliação, durante a Perícia Médica, da compatibilidade entre a natureza da deficiência apresentada pelo candidato e as atribuições inerentes ao Cargo para o qual foi aprovado.

**6. No item 8, DA PROVA ESCRITA OBJETIVA, subitens 8.5 e 8.6, ONDE SE LÊ:**

8.5 O quadro a seguir apresenta as disciplinas e o número de questões para o Concurso Público para os cargos de **Nível Médio**:

DISCIPLINAS	QUESTÕES
<b>MÓDULO I - CONHECIMENTOS BÁSICOS</b>	
(...)	
04. Legislação Específica	08
(...)	

- 8.6 O quadro a seguir apresenta as disciplinas e o número de questões para o Concurso Público para o cargo de **Nível Superior**:

DISCIPLINAS	QUESTÕES
<b>MÓDULO II– CONHECIMENTOS JURÍDICOS</b>	
(...)	
04. Direito Civil	06
(...)	

**LEIA-SE:**

- 8.5 O quadro a seguir apresenta as disciplinas e o número de questões para o Concurso Público para os cargos de **Nível Médio**:

DISCIPLINAS	QUESTÕES
<b>MÓDULO I - CONHECIMENTOS BÁSICOS</b>	
(...)	
04. Legislação Institucional	08
(...)	

- 8.6 O quadro a seguir apresenta as disciplinas e o número de questões para o Concurso Público para o cargo de **Nível Superior**:

DISCIPLINAS	QUESTÕES
<b>MÓDULO II– CONHECIMENTOS JURÍDICOS</b>	
(...)	
04. Direito Tributário	06
(...)	

**7. No item 10, DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, ONDE SE LÊ:**

**10. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

- 10.1 Serão convocados para a Avaliação Psicológica (exceto o cargo de **Nível Superior - Fiscal de Serviços Municipais** e o cargo de **Nível Médio - Agente de Fiscalização Municipal**) os candidatos considerados aprovados no Teste de Aptidão Física.
- 10.2 A Avaliação Psicológica será realizada por uma Banca Examinadora a ser designada, que emitirá parecer conclusivo sobre os candidatos.
- 10.3 Para a seleção dos candidatos serão avaliados alguns constructos: atenção concentrada, atenção difusa, raciocínio lógico e personalidade. A atenção concentrada do candidato, refere-se à capacidade que ele possui em focar-se em uma determinada tarefa, evitando erros ou omissões na rotina laboral. Outro ponto a ser avaliado é a atenção difusa, capacidade de perceber os diversos fatores a sua volta podendo executar mais de uma atividade ao mesmo instante, percebendo os diversos estímulos ao redor. Candidatos almejando vagas em que lidem diretamente com a vida e a saúde devem ter um desempenho mínimo para serem considerados **APTOS**. Níveis de atenção focal ou difusa abaixo da média populacional aumentam os riscos de omissões, trocas ou erros.

- 10.4 Ainda, na avaliação, será aplicado um teste de raciocínio lógico visando mensurar a capacidade de resolução de problemas e a capacidade de gerar novas estratégias no ambiente em que está inserido. Também, serão considerados APTOS candidatos que alcançarem classificação dentro da média populacional. Por fim, serão aplicados dois testes de personalidade os quais avaliam: confiança e atitude defensiva; ordem e falta de compulsão; conformidade social e rebeldia; atividade e passividade; estabilidade e instabilidade emocional; extroversão e introversão; empatia e egocentrismo, agressividade, impulsividade e relacionamento interpessoal.
- 10.5 A Avaliação Psicológica possui caráter eliminatório.
- 10.6 A Avaliação Psicológica, realizada pela Banca Examinadora designada pela FGV, terá todas as suas informações apresentadas em um Edital de convocação, que será divulgado na Internet, no seguinte endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019).
- 10.7 O candidato que deixar de comparecer ou que não atender à chamada para a realização da Avaliação Psicológica estará automaticamente eliminado do Concurso.
- 10.8 A Avaliação Psicológica será realizada em locais, horários e turnos que serão divulgados no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019).
- 10.9 O candidato que for considerado inapto na Avaliação Psicológica, não será submetido a segunda Avaliação Psicológica.

**LEIA-SE:**

**10. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

- 10.1 Serão convocados para a Avaliação Psicológica (exceto o cargo de **Nível Superior - Fiscal de Serviços Municipais** e o cargo de **Nível Médio - Agente de Fiscalização Municipal**) os candidatos considerados aprovados no Teste de Aptidão Física.
- 10.2 A Avaliação Psicológica será realizada por uma Banca Examinadora a ser designada, que emitirá parecer conclusivo sobre os candidatos.
- 10.3 Os testes psicológicos consistirão na avaliação objetiva e padronizada de características cognitivas e de personalidade dos candidatos, mediante o emprego de técnicas científicas. Para tanto, serão utilizados instrumentos comercializados, os quais são validados e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução nº CFP-02/2003, embasados em características e normas obtidas por meio de procedimentos psicológicos reconhecidos pela comunidade científica como adequados para instrumentos dessa natureza. Será realizada exclusivamente por profissionais devidamente habilitados, como registro válido no Conselho Regional de Psicologia – CRP-SP, em conformidade com as normas em vigor dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia, especialmente a Resolução nº CFP – 01/2002, regulamenta a Avaliação Psicológica em concurso público e processos seletivos da mesma natureza.
- 10.4 Para a seleção dos candidatos serão avaliados alguns constructos:
  - Atenção concentrada:** refere-se à capacidade que ele possui em focar-se em uma determinada tarefa, evitando erros ou omissões na rotina laboral.
  - Atenção difusa:** capacidade de perceber os diversos fatores a sua volta podendo executar mais de uma atividade ao mesmo instante, percebendo os diversos estímulos ao redor
  - Personalidade:** avaliar os traços de confiança e atitude defensiva; ordem e falta de compulsão; conformidade social e rebeldia; atividade e passividade; estabilidade e instabilidade emocional;

extroversão e introversão; empatia e egocentrismo, agressividade, impulsividade e relacionamento interpessoal

**Memória:** avaliar a capacidade do indivíduo em memorizar rostos e informações associadas a eles.

- 10.5 Ainda, na avaliação, será aplicado um teste de raciocínio lógico visando mensurar a capacidade de resolução de problemas e a capacidade de gerar novas estratégias no ambiente em que está inserido.
- 10.6 As avaliações previstas nesta fase terão caráter eliminatório, sendo o candidato considerado “APTO” OU “INAPTO” para exercício do cargo.
- a) APTO significa que o candidato alcançou a classificação dentro da média populacional.
- b) INAPTO significa que o candidato não alcançou a classificação dentro da média populacional
- 10.7 A Avaliação Psicológica possui caráter eliminatório.
- 10.8 A Avaliação Psicológica, realizada pela Banca Examinadora designada pela FGV, terá todas as suas informações apresentadas em um Edital de convocação, que será divulgado na Internet, no seguinte endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019).
- 10.9 O candidato que deixar de comparecer ou que não atender à chamada para a realização da Avaliação Psicológica estará automaticamente eliminado do Concurso.
- 10.10 Os resultados parciais e totais desta Etapa serão registrados pelo examinador na Ficha de Avaliação do candidato.
- 10.11 A Avaliação Psicológica será realizada em locais, horários e turnos que serão divulgados no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pms2019).
- 10.12 O candidato que for considerado inapto na Avaliação Psicológica, não será submetido a segunda Avaliação Psicológica.

**8. No item 15, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO, subitem 15.17, ONDE SE LÊ:**

- 15.17 Para o cargo de **Guarda Civil Municipal na área de qualificação de Guarda-Municipal de Proteção e Valorização do Cidadão**, o servidor será submetido ao curso de formação, a ser organizado pela Prefeitura Municipal do Salvador.

**LEIA-SE:**

- 15.17 Para os cargos previstos neste Edital, após a nomeação, o servidor poderá ser submetido a curso de formação, a ser organizado pela Prefeitura Municipal do Salvador.

**9. No Anexo I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, Cargos de Nível Superior, Conhecimentos Jurídicos - Módulo II e Conhecimentos Específicos - Módulo III, passa a constar o seguinte:**

**CONHECIMENTOS JURÍDICOS - MÓDULO II:**

► **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Princípios da Administração Pública. Administração Direta e Indireta. Entidades paraestatais. Regimes de parcerias. Serviço Público. Atos administrativos. Controle dos atos administrativos. Poderes da Administração. Processo Administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, princípios. Licitação: conceito, princípios, modalidades, tipos, dispensa e inexigibilidade; procedimentos; anulação e revogação; recursos administrativos (Lei nº 8.666/93, e suas alterações). Lei Federal nº 10.520/02 e normas relativas à modalidade de pregão. Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011 (RDC). Contratos Administrativos: características; elementos; formalização; cláusulas essenciais; duração, execução, inexecução e rescisão. Convênios e consórcios administrativos. Responsabilidade Civil da Administração. Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92 – Art. 9º e seguintes). Lei Complementar nº 001/91 (Regime Único dos Servidores Públicos do Município de Salvador). Lei Orgânica do Município de Salvador.

► **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Princípios gerais. Limitações ao Poder de Tributar. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Reposição das receitas tributárias. Finanças Públicas. (do Art. 145 ao Art. 169 da CRFB/88). Noções de Direito Tributário: obrigação tributária e crédito tributário. Finanças municipais: receita, rendas municipais e preços públicos. A estrutura tributária municipal: impostos, taxas, contribuição de melhoria. Poder de polícia municipal. Código Tributário Nacional. Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador/BA (Lei Municipal nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006). Decretos Regulamentadores: Regulamento do ISSQN. Decreto Municipal nº 19.682/2009 e suas alterações – Regulamenta a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000. Dos crimes contra a incolumidade pública (Art. 312 ao Art. 337-A do Código Penal).

► **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Princípios fundamentais da Constituição da República (Art. 1º a 4º). Princípios constitucionais. Interpretação da Constituição. Direitos e garantias fundamentais (Art. 5º a 11). Organização do Estado (Art. 18 a 36). Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos civis e militares (Art. 37 a 42). A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. Poder Executivo (Art. 70 a 88); Das Finanças Públicas (Art. 163º a 169º); Da Ordem Econômica e Financeira (Artigos 173 e 175).

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - MÓDULO III**

► **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA:** Orçamento Público: conceitos e princípios orçamentários; ciclo orçamentário e exercício financeiro. Receita Pública: conceito, classificação, estágios, dívida ativa, repartição de receitas e efeitos da LRF. Crédito Público: conceito, classificação dos empréstimos e dívida pública na Lei nº 4.320/64 e na LRF. A atividade financeira do Estado: conceito, características e os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

► **ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS:** Evolução da Administração Pública: do weberianismo à nova gestão pública. Princípios da Administração Pública. Atos administrativos. Responsabilidade fiscal. Licitação. E-govern. A estrutura do aparelho público brasileiro: administração direta e indireta. Centralização e descentralização na Administração Pública. Agências Executivas. Serviços essencialmente públicos e serviços de utilidade pública. Delegação de serviços públicos a terceiros. Agências Reguladoras. Convênios e consórcios. Planejamento, diretrizes e orçamentos públicos. Planejamento estratégico na Administração Pública. Reforma do Estado. Gerencialismo e Controle Social. Parceria Público-Privado. Democracia, poliarquia e cidadania. Terceiro setor e gestão pública. Gestão pública democrática. Marketing público. Políticas Públicas - Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Estado e capitalismo. Desigualdade e Políticas Sociais. Participação social e cidadania. Políticas de Desenvolvimento. Transformações mundiais e relações internacionais. Políticas públicas e a Constituição de 1988. Tipologia das políticas públicas. Formulação de políticas públicas. Formação da Agenda de Decisão. Desempenho das instituições públicas. Avaliação de políticas e programas sociais. Accountability. Papel do empreendedor de Políticas Públicas.

► **LEGISLAÇÃO CIVIL:** Capacidade jurídica (do Art. 1º ao Art. 10 do Código Civil). Conhecimentos sobre fiscalização: competência para fiscalizar, ações fiscais, diligências, licenciamento, autorização, autos de infração, multas e outras penalidades, recursos (Lei nº 9.281/17, que institui normas relativas à execução de obras e serviços no Município de Salvador - Código de Obras; Lei nº 9.148/16, que dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador; Lei nº 9.069/16, que altera o Plano de Aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, aprovado pela Lei nº 8.961/15 (PDDU); Lei nº 5.503/99, que estabelece o Código de Polícia Administrativa do Município de Salvador). Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

**10.** No Anexo I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, Cargos de Nível Médio, Conhecimentos Específicos - Módulo II, Agente de Trânsito e Transporte, **ONDE SE LÊ:**

Decreto Municipal nº 18.226/2008

**LEIA-SE:**

Decreto Municipal nº 30.452/2018

**11.** No Anexo I - Conteúdo Programático, Cargos de Nível Médio, Conhecimentos Específicos - Módulo II, Agente de Fiscalização Municipal, **ONDE SE LÊ:**

► **AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL:** Capacidade jurídica (do Art. 1º ao Art. 10 do Código Civil). Princípios da Administração Pública (legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, autotutela e eficiência). Poder regulamentar e poder de polícia. Dos crimes contra a incolumidade pública (do Art. 250 ao Art. 285 do Código Penal). Lei nº 5.503/99 (Código de Polícia Administrativa do Município de Salvador). Lei nº 9.069/2016 (altera o Plano de Aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, aprovado pela Lei nº 8.961/15 (PDDU)). Lei nº 8.915/15 (dispõe sobre a política municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; institui o Cadastro Municipal de Atividades Potencialmente Degradoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – CMAPD, e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), no Município de Salvador). Lei nº 12.651/12 - Código Florestal Brasileiro. Geoprocessamento: elaboração e interpretação de dados cartográficos e georreferenciados. Fiscalização urbanística Noções básicas de sistemas de controle ambiental. Controle da poluição ambiental. Monitoramento do solo, água e ar. Impactos ambientais: análise do cabimento de medidas mitigadoras. Hidrografia: manejo de bacias hidrográficas e recursos hídricos. Bacias hidrográficas do Estado da Bahia. Área degradada: avaliação dos danos, plano de recuperação e monitoramento ambiental. Licenciamentos: critérios básicos. Tipos de licenças. NBR 10.151/00; NBR 10.152/97; Lei Federal nº 12.651/12; Lei Federal nº 12.305/10; Lei Federal nº 6.766/79; Lei Federal nº 6.938/81; Lei Federal nº 9.605/98; Lei Federal nº 11.428/06; Lei Federal nº 11.455/04; Resolução Conama nº 237/97; Resolução Conama nº 302/02; Resolução Conama nº 303/02; Resolução Conama nº 369/06; Resolução Conama nº 001/90; Resolução Conama nº 252/99; Resolução Conama nº 357/05; Resolução Conama nº 397/08; Resolução Conama nº 410/09, Resolução Conama nº 382/06; Resolução Conama nº 436/11. Lei de ordenamento do uso do solo. Ordenação da paisagem e controle sonoro no meio ambiente urbano do Município de Salvador. Leis Municipais nº 5.354/1998 e nº 8.675/2014.



**LEIA-SE:**

► **AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL:** Capacidade jurídica (do Art. 1º ao Art. 10 do Código Civil). Princípios da Administração Pública (legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, autotutela e eficiência). Poder regulamentar e poder de polícia. Dos crimes contra a incolumidade pública (do Art. 250 ao Art. 285 do Código Penal). Lei nº 5.503/99 (Código de Polícia Administrativa do Município de Salvador). Lei nº 9.069/2016 (altera o Plano de Aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, aprovado pela Lei nº 8.961/15 (PDDU)). Lei nº 8.915/15 (dispõe sobre a política municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; institui o Cadastro Municipal de Atividades Potencialmente Degradoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – CMAPD, e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), no Município de Salvador). Lei nº 12.651/12 - Código Florestal Brasileiro. Noções básicas de sistemas de controle ambiental. Controle da poluição ambiental. Monitoramento do solo, água e ar. Impactos ambientais: análise do cabimento de medidas mitigadoras. Hidrografia: manejo de bacias hidrográficas e recursos hídricos. Bacias hidrográficas do Estado da Bahia. Área degradada: avaliação dos danos, plano de recuperação e monitoramento ambiental. Licenciamentos: critérios básicos. Tipos de licenças. NBR 10.151/00; NBR 10.152/97; Lei Federal nº 12.305/10; Lei Federal nº 6.766/79; Lei Federal nº 6.938/81; Lei Federal nº 11.428/06. Ordenação da paisagem e controle sonoro no meio ambiente urbano do Município de Salvador. Leis Municipais nº 5.354/1998 e nº 8.675/2014.

Os demais itens e subitens do citado Edital permanecem inalterados

Gabinete do Secretário Municipal de Gestão, 10 de abril de 2019.

**THIAGO MARTINS DANTAS**  
Secretário